



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria do Meio Ambiente

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais

ATA DA 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA

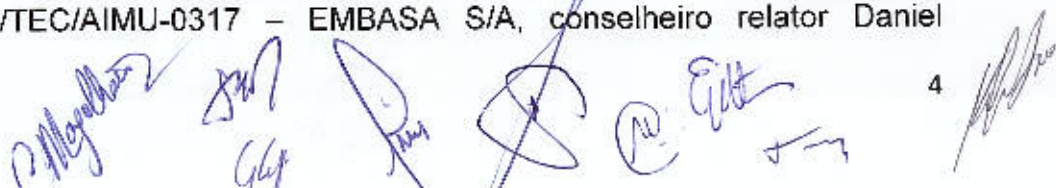
1

2 No dia vinte e dois de março de 2013, no auditório da Secretaria da Indústria,
3 Comércio e Mineração - Sicm, realizou-se a tricentésima septuagésima primeira
4 reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram. Estiveram
5 presentes o presidente Eugênio Spengler, a secretária executiva Mariana
6 Mascarenhas e Mariana Santos Vidal da Cunha representantes da Secretaria do
7 Meio Ambiente – Sema e demais membros integrantes deste Conselho: Aline
8 Amaral Proença e André Joazeiro representantes da Sicm, Claudio Antonio Carilo
9 de Magalhães – Copiba, Elaine Aparecida Rodrigues – Fórum Pró Cidadania,
10 Emídio Souza Barreto Neto – Papamel, Iglesias Cabalero – Sindicato dos
11 Trabalhadores do Ramo Químico, Irundi Edelweiss – Fieb, Claudio de Carvalho
12 Mascarenhas – Germen, Josemário Martins – Sindicato dos Trabalhadores e
13 Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro, Letícia Nobre – Sesab, Luiz Vitor Ernesto
14 Marsala – Ideia, Luis Fernando Galvão de Almeida – Sindibrita, Kátia Lima
15 representante da Seagri, Vera Lúcia Frazão – Seinfra, Melquiades Spinola de
16 Oliveira – Cepedes, Osvaldina Rocha dos Santos Cruz – Flora Brasil, Renato
17 Cunha – Gambá, Renavan Andrade Sobrinho representante da Sedur, Romeu
18 Temporal – Sepan, Ricardo Eugênio – Sindpacel, Sergio Bastos – Sinpeq, Maria
19 Del Carmen – Assembléia Legislativa da Bahia – Alba, Giovanna Carrozzo –
20 Petrobrás, José Roberto Celestino – Sinaenco, Ailton Araujo – CTB-Ba, Cícero
21 Gonçalves – Federação de Comércio de Bens e Serviços e Turismo da Bahia,
22 Edvalda Aroucha – Agendha. O conselheiro Eugênio Spengler cumprimentou a
23 todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta. Constaram em pauta:
24 Apresentação do Cadastro Estadual de Imóveis rurais – Cefir, apresentação
25 Programa Água Doce, relato de processos: novos, adiados, diligenciados e com
26 pedido de vistas. O presidente passou a palavra ao Sra. Aline Bittencourt que
27 apresentou o Programa Água Doce; falou das ações do governo diante desse
28 programa que tem como objetivo estabelecer uma política permanente de acesso à
29 água de boa qualidade para o consumo humano; desafios e atuação do programa;
30 falou da estrutura institucional destacando núcleo e grupos; implementação e
31 estrutura do programa; mobilização para gestão do programa; sustentabilidade
32 ambiental; sistema de produção integrada; sistema de dessalinizador; resultados
33 esperados do programa; convênio proposto com recursos a serem aplicados: R\$
34 61 milhões e Implantação de 385 sistemas de dessalinização. O conselheiro Almir
35 Araujo cumprimentou a todos e fez observações quanto à pauta desta reunião;
36 sugeriu que devesse ser uma pauta única considerando o tema da apresentação
37 de muita importância para discussão sobre a questão dos recursos hídricos; citou a
38 realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores da Agricultura que envolveu
39 Sindicatos Rurais de todo país; enfatizou a proposta de programas de amparo aos
40 trabalhadores rurais; disse questionava como poderia associar esses programas a

gestão de recursos hídricos no Estado. A Sra. Aline Bitencourt registrou que os sistemas serão implantados em área da Comunidade e a mesma se torne responsável. O conselheiro Emídio Souza Neto recomendou que fosse elaborado um Edital para recuperação dos rios, riacho e lagoas por Bacias Hidrográficas; perguntou quais as entidades e associações envolvidas nesse processo; solicitou mais informações sobre o sistema de irrigação da erva sal; lamentou que os Comitês de Bacias não fossem ouvidos no início. O Sr. Mauricio Miranda perguntou se o sal lançado no solo para irrigar a erva sal qual o tempo de vida e se o terreno poderá ser reutilizado para outro tipo de agricultura ou ficará impermeável. O conselheiro Josemário Martins enfatizou a importância da cultura da agricultura familiar dos catingueiros ser fortalecidos pelo programa do semiárido, bem como a importância de se manter o programa da unidade de dessalinizador. A Sra. Aline Bittencourt da Silva e o conselheiro Eugênio Spengler informaram a origem da Erva Sal, disse que foram transplantadas cerca de 2.304 mudas, bem como explicou o que seria feito para que o terreno utilizado para implantação pudesse ser reaproveitado; salientou a existência de estudos da Embrapa para esse processo; registrou que foi publicado um Decreto que cria um Núcleo Estadual envolvendo vários setores com objetivo de integrar com outras políticas. O conselheiro Melquiades Oliveira pediu informações como estaria sendo dirigidas as questões da política de recursos hídricos no Estado da Bahia, bem como os Comitês de Bacias se estão funcionando. O conselheiro Eugenio Spengler informou que estaria prevista uma reunião conjunta Conerh e Cepram com a participação da Ciea-Ba para o mês de abril com a finalidade de discutir a questão da água informou que o Estado e a Sema fechou um plano de parceria com a Petrobras para revitalização da Bacia do Paraguaçu, também um Plano de revitalização da Bacia de Cachoeira dentro do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA; disse que já existiam dez planos de bacias contratados e três em processo de contratação; falou que estava em processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos e captação de água bruta no Recôncavo Norte; ressaltou que através da Cerb estava sendo feito um levantamento da infraestrutura hídrica do semiárido; informou que a Codevasf abriu discussão em relação ao eixo sul da transposição; falou da previsão do Estudo de água subterrânea da Bacia da região hidrográfica do Leste. Passou a palavra ao Sr. Marcelo Senhorio para apresentar o Cefir que “visa tornar o Sistema mais ágil e compatibilizá-lo com as demandas da sociedade sem perder o foco na qualidade e no respeito à legislação”; ressaltou que faz parte de uma estratégia maior da Secretaria; acessado através do Seia com a função de Cadastramento único; Abertura de processo on-line; Tramitação eletrônica; Comunicação por email; Consulta Pública (via portal) Up-load de documentos único; Uso de imagens de satélite de alta resolução; Descentralização da gestão ambiental; boletos gerados e encaminhados digitalmente; acompanhamento on-line; citou as funções do Cadastro Estadual Ambiental Rural que “constitui-se em instrumento de apoio, controle e fiscalização das atividades rurais, bem como no desenvolvimento de Políticas Públicas específicas para o agronegócio”; fez demonstração de um cadastro de um imóvel rural, na prática. Em seguida o conselheiro Eugenio Spengler abriu espaço para intervenções: o conselheiro Luis Galvão citou que era

importante trabalhar em cima de base cartográfica visando buscar a regularização das propriedades; o conselheiro Renato Cunha questionou como o Estado pensa em fomentar e ou apoiar determinados proprietários rurais que eventualmente tenha dificuldades em acessar esse sistema; sugeriu a criação de uma Câmara ou grupo de trabalho deste Colegiado para acompanhar a gestão desse Cadastro. O conselheiro Claudio Mascarenhas fez algumas observações com relação aos programas apresentados; ressaltou que sentia falta da participação da sociedade civil na etapa de formalização e de planejamento desses programas; reivindicou a abertura das discussões referente à concepção e formulação do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, dos estudos e trabalhos que estão sendo desenvolvidos, para que haja a participação da sociedade; solicitou que fosse feita um estudo na Câmara Técnica de forma que se faça uma avaliação comparativa entre a eficiência dos temas de licenciamento antes e após a modificação da Lei. Em seguida o presidente Eugênio Spengler registrou que iria se ausentar no turno vespertino por outros compromissos inadiáveis. O conselheiro Emídio Souza fez comentários e recomendações para que o Estado selecione profissionais interessados a se capacitarem, investir na qualificação desses profissionais garantindo a sua permanência por um longo prazo evitando contratos por contratar. A conselheira Osvaldina Cruz registrou que no município de Itamaraju já tinha um trabalho de adequação ambiental na zona rural contando com 27 áreas para cadastrar. O conselheiro Eugenio Spengler disse que ainda tem algumas questões no Cadastro em desenvolvimento; ressaltou a questão do acompanhamento aos termos de compromissos que serão gerados pelo Cadastro; registrou que serão firmados convênios com Consórcio para repasse de recursos pra questão de licenciamento aos municípios; disse que estava sendo proposto um segundo Convenio para o Cefir; comentou que das atividades agro silvipastoris que não poderão ser regularizadas através do Cefir neste momento, consta a produção de carvão e criação de camarão; disse que, por enquanto teria que ser um processo individualizado, bem como ampliação de área e novos empreendimentos, assim como as atividades desenvolvidas na propriedade rural que não tenha relação direta com a atividade rural; comentou que havia um debate Nacional para abrir discussões sobre a reforma do licenciamento ambiental, no qual abriga mais de 40 projetos de Leis de várias matrizes sobre licenciamento ambiental. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação a Ata da reunião 370ª e foi aprovada por unanimidade. Passou a apreciação de Processos com pedido de vista: processo nº 2008-011971/TEC/AIEM-0049 R CARVALHO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, conselheiro revisor Luiz Vitor Marsala que justificou a não apresentação do seu voto por motivos de necessitar aprofundar os fatos. O processo permanecerá para pauta da próxima reunião. Processo nº 2009-030230/TEC/AIMU-0632 – EMBRAFIOS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA, conselheiros revisores Wilson Andrade e José Cisino. O processo permaneceu com pedido de vistas devido ausência dos conselheiros. Processos Adiados: processo nº 2007-003794/TEC/AIMU-0194 – MINERAÇÃO CARÁIBA S/A, conselheiro relator Luis Galvão que apresentou voto pela manutenção da multa com redução de valor; ressaltou que houve duplicidade de

131 valor cobrado referente à multa; citou o Termo de Ajuste e Conduta – TAC
132 assinado pelos interessados; fez demonstração da situação da área do
133 empreendimento; considerou que houve uma falta de comunicação interna relativa
134 aos fatos gerador resultante da autuação, por fim registrou que a duplicidade do
135 valor constante desse Processo não poderia ser imputada como multa, portanto
136 votava pela redução de um terço do valor aplicado de R\$ 66.000,00 (sessenta e
137 seis mil reais). A conselheira Mariana Mascarenhas colocou em discussão. O
138 conselheiro Emídio Souza comentou que em nenhum momento foi citado que a
139 empresa possuía Licença de Operação; falou que quanto ao TAC foi em função
140 das condicionantes não cumpridos durante a Licença de Implantação; argumentou
141 que não houve duplicidade de valores, mas sim autuações por motivos de
142 irregularidades diferentes. A conselheira Mariana Mascarenhas passou a palavra
143 ao Sr. Marcos Machado representante da Diretoria de Fiscalização e
144 Monitoramento do Inema; esclareceu que a apresentação dos fatos feita pelo
145 relator, deixou claro que, a época da constatação da infração, a empresa não tinha
146 autorização para operar, e, sim, para implantar; falou com relação ao tempo em
147 que foi firmado o TAC, considerando que foi após a autuação; destacou que houve
148 objetos diferentes. O conselheiro Iglesias Cabalero destacou que o envio do voto
149 do relator com antecedência facilitaria uma análise mais profunda, por parte dos
150 demais conselheiros, considerando a relevância da matéria; salientou que, os autos
151 do processo registram uma ação de "Fé Pública" por parte de um funcionário, e se
152 o constatado houver divergência, o responsável deverá ser responsabilizado;
153 destacou que a posição do relator, como membro integrante deste Conselho,
154 poderá ou não implicar em questões sérias no futuro. O conselheiro Renato Cunha
155 disse que ficou claro que o relator não eliminou a possibilidade da infração, por
156 parte da empresa; sugeriu que fosse submetido à votação da matéria pela
157 manutenção da multa com o valor previsto, conforme parecer jurídico do órgão
158 executor e pelo voto do relator com o pedido de redução do valor da multa. A
159 conselheira Mariana Mascarenhas a pedido, passou a palavra a representante da
160 empresa Sra. Érica Rusch esclareceu que o objeto do TAC foi para tratar de todo o
161 passivo ambiental; disse que o Termo não foi referido nesse processo, embora
162 tenha constatado a infração antes do Termo, o empreendedor somente foi
163 notificação posteriormente, o que impediu de inserir que esta multa já havia sido
164 convertida em obrigações previstas no Termo; afirmou que o empreendedor e o
165 setor de licenciamento do órgão desconheciam o auto de infração; por fim requereu
166 a nulidade da multa como uma terceira alternativa para julgamento desse processo.
167 Em seguida, a conselheira Mariana Mascarenhas colocou em votação: a proposta
168 pela manutenção da multa no valor de duzentos mil reais – nove votos favoráveis;
169 a proposta pela manutenção do relator de redução de um terço desse valor
170 aplicado equivalente a sessenta e seis mil reais - sete votos favoráveis; declarou
171 que houve duas abstenções e o Colegiado decidiu pela manutenção da multa no
172 valor de duzentos mil reais. Processo nº 2009-017087/TEC/AIMU-0340 –
173 CERÂMICA SÃO JORGE LTDA, conselheira relatora Juliana Barbosa que não
174 compareceu e não justificou ausência; o processo permaneceu adiado. Processo
175 nº 2009-016448/TEC/AIMU-0317 – EMBASA S/A, conselheiro relator Daniel



Barreto que não compareceu. O processo permaneceu adiado. Processo nº 001278/TEC/AIMU-0080 – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE COSTA VERDE, conselheiro relator Ricardo Eugênio apresentou voto pela manutenção da penalidade de multa. Processo nº 2009-016474/TEC/AIMU-0319 – BCP S/A CLARO, conselheira relatora Edvalda Aroucha registrou que o processo permaneceria adiado. Processo nº 2008-004592/TEC/AIMU-0255 – LUDOVICO ANSINI FAE, conselheiro relator Agnaldo Neto que não compareceu e o processo permaneceu adiado. Processo nº 2007-001457/TEC/AIMU-0079 – ADROALDO JULIANI, conselheiro relator José Roberto Celestino que apresentou voto pela manutenção da penalidade. Processo nº 2009-01435/TEC/AIMU-0262 – PETROBRÁS S/A, conselheiro relator André Joazeiro. A conselheira Aline Proença apresentou pedido de diligência para solicitar a retificação da homologação da multa referente aos valores da multa descritos no auto de infração e no Parecer Técnico de Análise de Defesa nº 0157/2009 do processo da Petrobrás. Processo nº 2010-012994/TEC/AIMU-0472 – IOLANDA DAMASCENO DRESCHERS, conselheira relatora Osvaldina Cruz que registrou que vai sugerir a nulidade da penalidade de multa e arquivamento do processo. Os conselheiros Emídio Souza e Luiz Marsala pediram vistas a matéria para realizar uma visita ao local. Processo nº 2007-005051/TEC/AIMU-0230 – EDUARDO HUMBERTO OLIVEIRA BARBOSA, conselheiro relator Guilherme Moura; justificou ausência e solicitou que o processo permanecesse adiado. Passou para o Processo diligenciado nº 2008-010914/TEC/AIMU-0788 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS, conselheiro relator Aurinézio Barbosa que apresentou voto pela manutenção da penalidade de multa. Passou a apreciação dos Processos Novos: Processo nº 2008-004580/TEC/AIAD-0199 – CARLOS ANCINE FAE referente ao auto de infração de advertência, município de Teixeira de Freitas pelo fato de apresentar documentação de averbação da área de reserva legal, protocolo de formação de processo, promover a reco posição das áreas e outros. O interessado pediu nulidade da advertência. O conselheiro Melquiades Oliveira foi indicado para relatar a matéria; apresentou voto pela manutenção da advertência. Processo nº 2009-029236/TEC/AIIN-0179 – MARIOVELI NETO GRASSI referente ao auto de infração de interdição temporária, município de Utinga pelo fato de extração de areia sem autorização ambiental, conselheiro relator Ailton Araujo que pediu adiamento por não conseguiu acessar os autos do processo no sistema Cérberus. Processo nº 2008-012772/TEC/AIEM-0050 – ANTONIO TEIXEIRA DE CARVALHO, referente ao auto de infração de embargo, município de Santa Maria da Vitória pelo fato de intervenção em área de preservação permanente do Rio Corrente sem autorização ambiental, conselheiro relator Marcello Nunes. A conselheira Kátia Lima manifestou pedido de adiamento. Processo nº 2008-006063/TEC/AIAD-0273 – CLEUZETE SANTOS DA CRUZ, referente ao auto de infração de advertência, município de Mucuri, por apresentar documentação comprobatória de averbação da área de reserva legal e outros, conselheiro relator Teodomiro Souza. O conselheiro Josemário Martins apresentou voto pela manutenção da advertência em consonância com o parecer jurídico do Inema para que conclua o processo, considerando o cumprimento das irregularidades apontadas. Processo nº 2006-



002401/TEC/AIAD-0158 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO – SAAE, referente ao auto de infração de advertência, município de Casa Nova, por manter sistema em operação sem licença ambiental, conselheiro relator José Roberto Celestino que apresentou voto pela manutenção da penalidade de advertência. Processo nº 2008-000470/TEC/AIAD-0054 – EMBASA S/A, referente ao auto de infração de advertência, município de Salvador, por condições precárias de funcionamento da Estação elevatória do Hospital Municipal de Candeias; o interessado pediu cancelamento da Notificação que homologou a penalidade de advertência, conselheiro relator José Luciano Fiuza que justificou ausência e pediu adiamento da matéria. Processo nº 2008-002433/TEC/AIAD-0139 – MÁRCIO ANDRÉ ULSENHEIMER, referente ao auto de infração de advertência, município de Formosa de Rio Preto por ausência de documentação comprobatória de averbação da área de reserva legal do imóvel, conselheiro relator Jose Cisino que justificou ausência e pediu adiamento da matéria. Processo nº 2008-006081/TEC/AIAD-0274 – TOMAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS, referente ao auto de infração de advertência, município de Feira de Santana, por exercer atividade sem licença ambiental, conselheiro relator Wilson Andrade que justificou ausência e pediu adiamento da matéria. Processo nº 2008-005646/TEC/AIAD-0238 – INDÚSTRIA DE ALIMENTOS GUARANY LTDA, referente ao auto de infração de advertência, município de Feira de Santana, por exercer atividade sem licença ambiental, conselheira relatora Alcina Andrade que apresentou voto pela manutenção da penalidade de advertência. Processo nº 2009-013454/TEC/AIMU-0214 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, referente ao auto de infração de multa, município de Livramento de Nossa Senhora, por lançar efluentes líquidos provenientes do matadouro municipal, no Rio Brumado causando degradação ambiental, conselheiro relator Josemário Martins que apresentou voto pela manutenção da penalidade de multa em consonância com o Parecer Jurídico nº 190/2013; recomendou que a Prefeitura realizasse o licenciamento ambiental do Matadouro. Processo nº 2009-013457/TEC/AIMU-0215 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA referente ao auto de infração de multa pela construção do matadouro municipal sem autorização ambiental, conselheiro relator Josemário Martins que apresentou voto pela manutenção da penalidade de multa; recomendou que a Prefeitura realizasse o licenciamento ambiental do Matadouro. Processo nº 2009-002325/TEC/AIMU-0110 – BCB S/A CLARO, município de Feira de Santana, referente ao auto de infração de multa por implantar uma estação de rádio base sem a devida autorização ou ter firmado com o órgão ambiental o devido Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental, conselheiro relator Renato Cunha que manifestou pedido de adiamento. Após apresentar dois dos quatro processos com pedido de destaque durante a plenária, a conselheira Mariana Mascarenhas anunciou que a sessão estava encerrada por falta de *quorum*. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Marília Gavazza lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais membros integrantes deste Colegiado. Salvador, 22 de março de 2013.



- 266 **Presidente:** Eugênio Spengler
- 267 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas
- 268 **Membros:**
- 269 Ailton Araujo – Ctb-Ba
- 270 Aline Amaral Proença – Sicom
- 271 André Joazeiro – Sicom
- 272 Cícero Gonçalves – Fed.Com. de Bens e Serviços...
- 273 Claudio Antonio Carilo de Magalhães – Copiba *Claudio Antonio C. L. Magalhães*
- 274 Claudio Mascarenhas – Germen
- 275 Edvalda Aroucha - Agendha *Edvalda Aroucha*
- 276 Elaine Aparecida Rodrigues – Fórum Pró Cidadania
- 277 Emídio Souza Barreto Neto – Papamel
- 278 Giovanna Carrozzo - Petrobrás
- 279 Iglesias Cabalero – Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico
- 280 Irundi Edelweiss – Fieb
- 281 José Roberto Celestino - Sinaenco
- 282 Josemário Martins – Sind. dos Trab. e Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro
- 283 Kátia Lima - Seagri
- 284 Letícia Nobre – Sesab
- 285 Luis Fernando Galvão de Almeida – Sindibrita
- 286 Luiz Vitor Ernesto Marsala – Ideia
- 287 Maria Del Carmen - Alba
- 288 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes
- 289 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz – Flora Brasil
- 290 Renato Cunha – Gambá
- 291 Renavan Andrade Sobrinho - Sedur
- 292 Ricardo Eugênio – Sindpacel
- 293 Romeu Temporal – Sepan
- 294 Sergio Bastos – Sinpeq
- 295 Vera Lúcia Frazão – Seinfra
- 296 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
- 297 Marília Gavazza
- 298 **Assessoria Especial:**
- 299 Mariana Santos Vidal da Cunha
- 300 Aline Bitencourt da Silva

Jose' Ceino Mendes Lopes

Ester

R *A*

ST